

ORÇAMENTO/89

16 AGO 1988

GAZETA MERCANTIL

Planalto pode aprovar proposta na reunião de quinta-feira

por Cláudia Sfatle
de Brasília

A expectativa da equipe econômica do governo, que está trabalhando na montagem do Orçamento Geral da União para o ano que vem, é de que as linhas básicas do orçamento estarão definitivamente concluídas, no mais tardar, até amanhã, e que na reunião ministerial de quinta-feira próxima, no Palácio do Planalto, o orçamento para 1989 estará aprovado para voltar à área técnica. Então, serão montados os detalhes das contas e a proposta será enviada ao Congresso Nacional até o dia 31 deste mês, prazo legal para o Executivo encaminhar ao Legislativo o projeto orçamentário.

Após a reunião de ontem do presidente José Sarney e dos ministros do Planejamento, João Batista de Abreu, e da Fazenda, Mailson da Ferreira da Nóbrega, com os ministros da ca-

sa (Gabinete Militar, Civil e ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações) e técnicos da Seplan, o porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Henrique dos Santos, disse, contudo, que a reunião de quinta-feira próxima não será necessariamente conclusiva, e que o presidente da República deseja utilizar todo o prazo constitucional de que dispõe "para apresentar ao Congresso Nacional um orçamento o mais aperfeiçoado possível".

"A reunião desta quinta-feira, com a presença de ministros novos, pretende assegurar uma ação unificada do governo, dentro do objetivo de austeridade e controle do déficit do setor público", disse o porta-voz do Palácio do Planalto. Ele garantiu que, no bojo dos cortes de gastos e da eliminação de alguns órgãos do governo, "o propósito de demitir pessoal só será examinado como última hipótese".

A idéia da "operação desmonte", que procura viabilizar o orçamento da União, face aos novos dispositivos constitucionais que mudam o perfil da partilha de recursos entre União, estados e municípios, é cortar cerca de 2 mil programas federais, transferindo-os para a gestão dos governos estaduais e municipais; como decorrência disso, órgãos e entidades do governo federal ficariam esvaziados, devendo, portanto, ser extintos.

A Seplan listou uma série de órgãos que deveriam desaparecer, enumerou três ministérios que deveriam ser extintos; como Ciência e Tecnologia, Reforma Agrária e Habitação e Urbanismo. Este é um exemplo do que o presidente Sarney não aceitou.

Da reunião de quinta-feira, em que cada ministro poderá fazer a avaliação da austeridade em sua

respectiva pasta, deverá sair o retrato final do Orçamento da União para 1989. O porta-voz do Palácio do Planalto acha que esse processo de negociação não será doloroso, porque, segundo ele, "há uma receptividade extremamente positiva da postura do governo de disciplinar os gastos públicos. Imagino que essa não será uma batalha difícil", disse ele.

A equipe econômica, que propôs um corte de gasto de CZ\$ 1,3 trilhão, entre a "operação desmonte", que transfere encargos para os governos estaduais e municipais, e a eliminação dos subsídios, sabe que não conseguirá obter aprovação para todo o seu projeto, mas está esperançosa de que o presidente Sarney aproveite seu último ano de gestão para sanear efetivamente as finanças públicas, entregando uma máquina estatal mais racional ao seu sucessor.